

Objetivos de desenvolvimento sustentável: impactos da economia digital na erradicação da pobreza¹

Sustainable development goals: impacts of the digital economy on the eradication of poverty

Andréia Brognoli Darôs²
Josimara Rodrigues da Rosa³
Rafael Albuquerque Poddixi⁴
Andrea Cristina Trierweiller⁵

RESUMO

O objetivo deste artigo foi discutir os impactos da economia digital na erradicação da pobreza. A erradicação da pobreza é o primeiro dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas para a Agenda 2030. Seu cumprimento passa pela equalização de um cenário econômico e social marcado pela constante inovação tecnológica, amplo acesso à Internet e ao conhecimento, assim como a digitalização de serviços financeiros, em contraponto aos altos níveis de inadimplência, fome, desemprego e precário acesso à Internet vivenciado pelas classes mais pobres, que se caracteriza ainda pelo baixo acesso a serviços financeiros. Na atual fase da economia, o conhecimento e a tecnologia têm protagonizado as principais mudanças da sociedade. É a chamada economia digital. Neste sentido, a partir de uma revisão teórica em fontes secundárias sobre o tema, os resultados apontam o importante potencial da economia digital para a erradicação da pobreza e a possibilidade de alcance do primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, através da geração de renda através de ferramentas digitais, digitalização de serviços, sendo essencial para tal e esforços para integrar as parcelas mais pobres da população à esta realidade econômica. Neste contexto, o estudo traz contribuições ao atual cenário econômico ao discutir assuntos um assunto de caráter essencial para o desenvolvimento econômico da população. Sua relevância parte do princípio de que o cenário econômico mundial tem sido influenciado e transformado pelas tecnologias, e que mesmo diante de tanta evolução, a pobreza representa ainda um dos principais problemas do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Economia digital; Erradicação da Pobreza; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

¹ Recebido em 17/12/23 e aprovado em 04/11/24

² Mestra em Tecnologias da Informação e Comunicação pela Universidade Federal de Santa Catarina - andreiabrognolidaros@gmail.com

³ Mestra em Tecnologias da Informação e Comunicação pela Universidade Federal de Santa Catarina - josimarapauloj@gmail.com

⁴ Economista graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina e Mestrando em Tecnologias da Informação e Comunicação - rafael.poddixi@gmail.com

⁵ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - andrea.ct@ufsc.br

ABSTRACT

The objective of this article was to discuss the impacts of the digital economy on the eradication of poverty. The eradication of poverty is the first of the 17 Sustainable Development Goals of the United Nations for the 2030 Agenda. Its fulfillment involves equalizing an economic and social scenario marked by constant technological innovation, broad access to the Internet and knowledge, as well as the digitalization of financial services, in contrast to the high levels of default, hunger, unemployment and precarious access to the Internet experienced by the poorest classes, which is also characterized by low access to financial services. In the current phase of the economy, knowledge and technology have led to the main changes in society. It's called the digital economy. In this sense, based on a theoretical review of secondary sources on the topic, the results point to the important potential of the digital economy for the eradication of poverty and the possibility of achieving the first Sustainable Development Goal, through the generation of income through tools digitalization, digitalization of services, being essential for this, and efforts to integrate the poorest portions of the population into this economic reality. In this context, the study makes contributions to the current economic scenario by discussing issues that are essential for the economic development of the population. Its relevance is based on the principle that the global economic scenario has been influenced and transformed by technologies, and that even in the face of so much evolution, poverty still represents one of the main problems of the 21st century

KEYWORDS: Digital economy; Poverty Eradication; Sustainable Development Goals.

INTRODUÇÃO

As inovações tecnológicas trazem consigo novos desafios para o contexto econômico, exigindo dos cidadãos novas competências para viver neste cenário de constante transformação, ao passo que também possibilitam muitas oportunidades de acesso ao conhecimento. Contrapondo-se ao atual cenário de constantes inovações tecnológicas e suas contribuições para ampliação das oportunidades de geração de renda, registra-se o aumento dos níveis de pobreza e desigualdade social.

No Brasil, o número de pessoas vivendo em situação financeira precária, teve um salto de quase 50% entre 2020 e 2021, sendo que nesse período, três em cada dez brasileiros passaram a viver abaixo da linha da pobreza (Silveira, 2022). Em 2021, o Brasil registrou um recorde de cerca de 29,4% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, sobrevivendo com menos de R\$ 16,20 por dia, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Neri, 2021).

A erradicação da pobreza é o primeiro dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Os ODS são uma coleção de metas globais, aprovadas pela Assembleia Geral das Nações

Unidas – ONU, a serem atingidas até o ano de 2030 (ONU, 2023). Neste contexto, a relevância deste estudo parte do princípio de que o cenário econômico tem sido influenciado e transformado pelas tecnologias e pela disseminação do conhecimento, e que mesmo diante de tanto conhecimento e possibilidade de acesso a recursos financeiros, a pobreza continua sendo um dos maiores problemas enfrentados no mundo.

As estatísticas indicam que o objetivo 1 da Agenda 2030 ainda está longe de ser alcançado, partindo do pressuposto de que vem caindo a velocidade com que a extrema pobreza tem diminuído. De acordo com o estudo recente divulgado pela ONU, na década de 1990 a redução da pobreza foi de 36%, em 2010 caiu para 16%, já em 2018 foi de apenas de 8,6%. Em 2020, cerca de 10% da população mundial vivia em extrema pobreza. Se essa redução na velocidade for mantida, as previsões apontam para 6% da população mundial vivendo com dificuldades em 2030 (BRIGHT CITIES, 2020).

Diante do frequente surgimento de inovações tecnológicas, da disseminação do conhecimento e de constantes mudanças no cenário econômico, frente a diminuição da velocidade com que se tem combatido a pobreza, surge a seguinte situação problema: qual os impactos da economia digital na erradicação da pobreza? Neste sentido, este artigo tem como objetivo geral discutir os impactos da economia digital na erradicação da pobreza.

Este trabalho é um estudo de natureza qualitativa, já que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas (Silva; Menezes, 2005). Para Roesch (1999), na pesquisa qualitativa, há possibilidade e propensão do pesquisador direcionar certos tópicos e temas, à medida que a pesquisa vai avançando. Quanto ao tipo de pesquisa, é do tipo bibliográfica sendo estruturada por fontes, tais como: livros, artigos, teses e dissertações, consistindo na obtenção de dados por meio de fontes secundárias, utilizando como fonte de dados material já publicado (Silva; Menezes, 2005). Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é feita a partir de materiais já elaborados sobre o assunto pesquisado, principalmente livros e artigos científicos. Como delimitações, a principal fonte para base de dados utilizada pela pesquisa foi a plataforma Google Acadêmico, utilizando-se de materiais publicados entre o período de 2015 a 2023. A escolha do critério para iniciar as buscas no ano de 2015 se deu em razão de ser este o ano de criação dos ODS.

1 ECONOMIA DIGITAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

O termo economia digital é utilizado para descrever a economia que é baseada na tecnologia e no mundo digital (Figueiredo, 2020). Ainda de acordo com Figueiredo (2020), com o advento da Internet, a partir dos anos 90, as formas de criação, comunicação, consumo e relacionamento estão sendo digitalizadas, impulsionando uma revolução digital para as empresas e a sociedade em geral.

A utilização dessas novas tecnologias acaba resultando em aumento no número de usuários dos serviços financeiros digitais. Através das redes sociais, por exemplo, há a possibilidade de contato direto entre instituições e usuários, e a Inteligência Artificial, *big data* e *blockchain* permitem a criação de novos tipos de produtos financeiros digitais, cada vez mais personalizados (Peixoto, 2018) e conteúdos cada vez mais direcionados. Ainda, através de Internet das Coisas - IoT, é possível comunicação entre dispositivos inteligentes, possibilitando um leque de novas oportunidades (Rappitsch, 2017).

A OCDE (2012) considera a Economia Digital como um termo para descrever mercados que se concentram em tecnologias digitais e que envolvem, no geral, o comércio de bens ou serviços de informação através do comércio eletrônico, e seu impacto atinge várias áreas da economia e estilos de vida como um todo. Estima-se que a economia digital representa hoje cerca de 20% do Produto Interno Bruto - PIB mundial (Rappitsch, 2017 apud Accenture, 2016).

A chegada do século XXI trouxe consigo recorrentes inovações em termos de armazenamento, processamento e uso de dados, sendo o sistema bancário um dos setores que mais utilizam tecnologia. Na figura das *fintech*, essa fusão de serviços financeiros com o uso massivo de tecnologia, tornou-se importante vetor para o desenvolvimento tecnológico (ALMEIDA; JORGE, 2021). Utilizando tecnologias-base, como *blockchain* e *big data*, as *fintechs* oferecem e prestam serviços de forma cada vez mais inovadora e personalizada ao setor financeiro (Katori, 2017).

De acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI (2018), o setor digital abrange as principais atividades de digitalização, bens e serviços de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, atividades habilitadas por plataforma e economia compartilhada. Motivada principalmente pelos negócios digitais e comércio eletrônico.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, a economia digital detém três blocos essenciais: dados digitais, tecnologias digitais e infraestrutura digital (Gestrin; Staudt, 2018). Já de acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e

Desenvolvimento – UNCTAD, é possível se falar em uma “nova” economia digital” cujas características são: sistemas cibernéticos avançados e sistemas biológicos mais incrementados, decorrendo de uma combinação de várias tecnologias, tais como: IoT, computação na nuvem, análise de *big data* e inteligência artificial (Sturgeon; Fredriksson, 2017).

Durante a pandemia de Covid-19, principalmente, o potencial das novas tecnologias foi amplamente explorado, fazendo com que suas práticas e seu uso fossem disseminados, inserindo aos poucos uma cultura digital. Apesar do avanço da tecnologia, uma parte da população ainda não é beneficiada por falta de acesso aos meios digitais, isto é, são excluídos digitalmente (Almeida; Jorge, 2021).

As informações digitais possuem papel central na nova economia, visto que as atividades econômicas estão cada vez mais baseadas na coleta e processamento de dados, transformando-os em conhecimento utilizável (RAPPITSCH, 2017). Estima-se em cerca de 5,3 bilhões de usuários da internet no mundo, mas aproximadamente um terço da população mundial, algo próximo à 2,7 bilhões de pessoas, nunca tiveram acesso (ONU, 2022).

Esse grande contingente populacional se distribui de maneira desigual no mundo, estando concentrado sobretudo nos países subdesenvolvidos. No início da década de 2010, o Brasil se encontrava na média mundial de acesso domiciliar à internet, conforme Neri (2012). Ainda segundo o autor, é preciso compreender a importância do capital digital no que se refere à condição de vida e ao bem-estar social dos indivíduos, sendo necessário que haja estratégias para viabilizar o fortalecimento das competências digitais necessárias junto aos mais pobres, como medida para superação da pobreza.

O impacto das competências digitais ou de sua limitação são variados, não apenas limitando acessos, mas também impactando sobre a qualidade desses acessos. Nesse sentido, ao analisar a condição de acesso ao mercado financeiro no Brasil, Sutto (2021) aponta que em 2019, 42% dos brasileiros possuíam contas em bancos digitais, mas ao analisarmos os serviços utilizados pela população bancarizada nas classes D e E, percebe-se que 27% tem no saque a sua principal operação bancária, ou seja, mais de um quarto desse público não utiliza os serviços financeiros disponibilizados, evidenciando o baixo nível de educação financeira nessa parcela dos usuários dos serviços bancários, um fator limitante em uma economia cada vez mais digitalizada.

Dados como estes exigiriam atitudes em âmbito mundial. No ano 2000 a ONU aprovou um conjunto de oito objetivos para promoção da melhoria das condições de vida de toda a população

humana, essa iniciativa ficou conhecida como Objetivos do Milênio - ODM, e previa um conjunto de metas a serem alcançadas no interstício de 2000 a 2015 (ODM BRASIL, s.d).

Tendo sido a primeira agenda global estabelecida por meio de metas e indicadores com aplicação nos níveis mundial, nacional e regional, as insuficiências de alguns resultados frente aos grandes problemas enfrentados não ofuscou os importantes avanços mensurados com a implementação dessa iniciativa, com isso foi aberto espaço para a construção de uma nova agenda (Castro Filho, 2018).

Ainda no período de execução dos ODM, em 2012, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada Rio+20, que resultou no anúncio da criação de um painel intergovernamental para definir estratégias e ações no pós-2015. A percepção da sustentabilidade como novo fator para o desenvolvimento associado a maturidade resultante dos ODM viabilizaram o surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS em 2015 (Okado; Quinelli, 2016), sendo 17 objetivos representando um desafio com vistas à promoção de um desenvolvimento mais sustentável, justo e inclusivo, a fim de facilitar o desenvolvimento de ações integradas, com uma visão positiva e comum do futuro (CNM, 2023).

Os ODS foram pensados como uma resposta estratégica para a transformação da realidade percebida em 2015 com vistas a, até 2030, estimular a ação dos mais variados agentes em áreas de importância para a humanidade e para o planeta, sendo elas: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria, por meio de 17 ODS que se consubstanciam em 169 metas globais a serem alcançadas até 2030 (ONU, 2015).

Os ODS são propostos não como coleção de metas, mas um todo integrado, um conjunto indivisível de objetivos que juntos podem contribuir para a consecução dos objetivos previstos na Agenda 2030, dentre estes, consta a Erradicação da Pobreza como sendo o ODS 1 (ONU, 2015), um desmembramento do ODM 01 que traçava o objetivo de “acabar com a fome e a miséria” (Okado; Quinelli, 2016).

A adaptação dos ODS à realidade brasileira coube ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, sendo este, órgão de suporte técnico e institucional às políticas governamentais de desenvolvimento, neste processo de adaptação foram criadas oito novas metas nacionais ligadas aos 17 ODS, e duas das metas globais foram consideradas inadequadas para a realidade brasileira, assim o total de metas nacionais foi estabelecido em 175, dentre as quais 99 foram classificadas como finalísticas e 76 de implementação (Silva, 2018a).

Com relação ao ODS 01, erradicação da pobreza, as sete metas globais foram consideradas como aplicáveis ao Brasil, tendo sido adaptadas seis dessas metas, com cinco delas consideradas finalísticas e duas de implementação (SILVA, 2018a). As metas para erradicação da pobreza indicam o enfrentamento à desigualdade social e privação de direitos, considerando que a pobreza é expressão da fome e da desnutrição, do acesso precário à educação, da exclusão social, da ausência de serviços básicos, assim como da falta de acesso à tecnologia e Internet (BRIGHT CITIES, 2020).

O primeiro ODS, vai de encontro ao artigo 3º da Constituição Federal Brasil de 1988, que constitui entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988).

A erradicação da pobreza e o combate à exclusão social não implicam apenas intervir sobre as pessoas, as famílias e os grupos em situação de vulnerabilidade econômica, mas transformar as instituições no sentido de torná-las inclusivas, adotando políticas específicas para a inclusão de meios que as tornem eficazes (Capucha, 2004).

Ainda de acordo com Capucha (2004) os países desenvolvidos, ao elaborarem sua primeira geração de políticas sociais, julgavam que a pobreza poderia ser erradicada pela ação conjunta do crescimento econômico, pela redistribuição da riqueza e das políticas de proteção dos principais riscos sociais. Porém logo percebeu-se a ação persistente da pobreza.

Pelos critérios dos ODS e recomendações do Banco Mundial, a pobreza extrema é caracterizada por uma renda familiar per capita inferior a R\$ 168,00 mensais por pessoa em 2021 (UOL, 2022). De acordo com o IBGE, em 2019, a extrema pobreza atingia 13,5 milhões de brasileiros (Nery, 2019), já em 2021, havia um ápice de 62,525 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza (UOL, 2022). De acordo com Silveira (2022) o número de brasileiros vivendo em situação de miséria teve um salto de quase 50% no país, entre 2020 e 2021, sendo que neste período, três entre cada dez brasileiros começaram a viver abaixo da linha da pobreza.

De acordo com o estudo “Mapa da Nova Pobreza”, desenvolvida pelo FGV Social, a pandemia de Covid-19 foi um fator agravante dessa realidade:

O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país. Este número em 2021 corresponde 9,6 milhões a mais que 2019, quase um Portugal de novos pobres surgidos ao longo da pandemia. A pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021, desde o começo da série histórica em 2012, perfazendo uma década perdida. O ano de 2021 é ponto

de máxima pobreza dessas series anuais para uma variedade de coletas amostrais, conceitos de renda, indicadores e linhas de pobreza testados (NERY, 2019, p. 3).

De acordo com relatório disponibilizado pela Oxfam Brasil⁶, intitulado “A “sobrevivência” do mais rico – por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades”, lançado por ocasião do Fórum Econômico de Davos⁷ 2023, cerca de 1% da população mais rica do mundo ficou com quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020 – cerca de US\$ 42 trilhões, o que é cerca de seis vezes mais dinheiro que 99% da população mundial (7 bilhões de pessoas) conseguiu no mesmo período. Nos últimos dez anos, o percentual mais rico ficou com cerca de metade de toda riqueza gerada (Martin-Brehm et al, 2023). As estatísticas indicam que o objetivo ainda está longe de ser alcançado, mas a economia digital pode ser um importante caminho na concretização dessa meta.

1.1 RESULTADOS

A partir da revisão teórica, foi possível identificar as distintas abordagens dos estudos que vêm sendo realizados sobre o tema da erradicação da pobreza, sob o paradigma da economia digital, na tentativa de cooperação para o alcance do ODS 1 conforme Agenda 2030.

Destaca-se no cenário, o acelerado processo de transformações tecnológicas em curso no mundo hoje, razão pela qual as TIC podem colaborar na consecução dos ODS (PIRES, 2018). Com relação ao ODS 1, algumas das formas pelas quais as TIC podem contribuir com seu alcance são destacadas por Brognoli e Ferenhof (2020):

O uso das TIC permite a inclusão financeira dos mais pobres, através da disponibilização de terminais móveis com acesso à Internet, oferecendo a oportunidade, por exemplo, de ter acesso a novos instrumentos financeiros no ambiente digital (Brognoli e Ferenhof, 2020, p. 8)

Ainda sobre o cenário em que as TIC estão cada vez mais disseminadas, há um aumento dos desafios postos aos governos para promover sua transformação digital, visto que recursos públicos

⁶ A Oxfam Brasil é uma organização brasileira, criada em 2014, que integra uma confederação global, a Oxfam. A Confederação Oxfam tem como objetivo combater a pobreza, as desigualdades e as injustiças em todo o mundo. Essa rede conta com 20 organizações afiliadas e atua em mais de 90 países.

⁷ A conferência de Davos é a reunião anual do Fórum Econômico Mundial (WEF, por suas siglas em inglês), uma organização independente e sem fins lucrativos dedicada à cooperação público-privada. Com sede central em Genebra (Suíça), a instituição envolve os líderes políticos, empresariais, culturais, etc. mais importantes do todo o mundo para elaborar a agenda global.

poderiam ser economizados com a ampliação da oferta de serviços digitais (Brognoli; Ferenhof, 2020).

Conforme Marinho (2018), o ODS 1, ao objetivar a erradicação da pobreza, não trata apenas da superação das condições de pauperização que assola parte das populações humanas, mas também sobre qualidade de vida por meio da superação da pobreza. Entre as ações para o alcance do objetivo, estão iniciativas de incremento e geração de renda, principalmente no que se refere ao acesso a bens, serviços e potenciais benefícios gerados por políticas públicas.

A Agenda 2030 reconhece que cada objetivo e meta deve ser analisado sob a ótica regional e local, haja visto que condições culturais, econômicas e sociais são determinantes (ONU, 2015), em consonância, Figueiredo (2020), destaca que a economia digital tem maior impacto positivo na erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento, quando utilizada de forma apropriada, sendo o ODS 1, uma importante diretriz para orientar o desenvolvimento da economia digital nesses países.

O reconhecimento dessa destacada importância nos países subdesenvolvidos não diminui a relevância das competências digitais como instrumento de inclusão econômica nos países desenvolvidos. Nesse sentido Plantier (2023) expõe as experiências de Portugal com a economia digital, considerando esta, um dos motores econômicos das próximas décadas. O autor evidencia haver uma preocupação em preparar a população portuguesa para as qualificações necessárias para uma transição digital, com fortes investimentos em educação, inclusão, letramento digital e promoção do desenvolvimento das competências digitais necessárias.

No caso brasileiro, há reconhecimento das iniciativas de educação financeira e de inclusão digital como instrumentos para a erradicação da pobreza. Silva (2018b) afirma que o Brasil, por meio da Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva, busca a erradicação da pobreza por um conjunto de instrumentos, dentre os quais, iniciativas de educação financeira e de inclusão digital, conjuntamente com políticas de educação, habitação, urbanização, transferência de renda, dentre outras. “Essa estratégia busca gerar oportunidades que levem as famílias em situação de pobreza a processos e trajetórias que contribuam para fortalecer capacidades e gerar autonomia socioeconômica, contribuindo para romper o ciclo de reprodução da pobreza” (Silva, 2018b, p. 32).

Através dessas estratégias são gerados incentivos à ampliação, oferta de programas com:

[...] incentivo ao empreendedorismo; educação e inclusão financeira, economia e finanças solidárias; desenvolvimento integrado e sustentável do território e soluções para startups; cursos de capacitação e qualificação profissional; iniciativas para inclusão digital e

empreendedorismo para jovens; ações para qualificação profissional, intermediação de mão de obra e economia solidária; e iniciativas voltadas ao microcrédito. A Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva representa mais um passo em direção à consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Social, sob uma perspectiva de superação da pobreza, por meio da indução ao desenvolvimento social sustentável em consonância com o ODS 1, que preconiza a criação de um marco político sólido, que, para além da transferência direta de renda, proporcione à população mais vulnerável condições de emancipação e trabalho dignos, contribuindo para a diversificação das formas de erradicação da pobreza (Silva, 2018b, p.32).

A construção de proposições para viabilizar estratégias como essa no Brasil, passa pelo entendimento das especificidades de cada região e localidade, uma vez que o Brasil é um país continental com inúmeras nuances resultantes de suas muitas realidades culturais e históricas (Silva, 2018b). Um exemplo nesse sentido é a construção de proposições para a realidade do Rio de Janeiro, onde, conforme Queiroz (2019), capacitações na área de tecnologia voltada para os jovens têm o potencial de contribuir para a maior empregabilidade destes e por isso, a capacitação de jovens da periferia em tecnologia aumenta não somente a empregabilidade, mas também reduz a pobreza estando alinhada com o ODS 01.

De encontro à essa estratégia brasileira de inclusão social e produtiva, o Brasil também possui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, criada em 2010, por meio do Decreto nº 7.397/2010 (BRASIL, 2010), que incorpora a importância crescente da educação financeira no atual contexto do país. Onde, a Base Nacional Comum Curricular, a partir de 2018, já impõe a implementação do estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos, no eixo da Matemática e suas Tecnologias. “Nesse sentido as escolas têm como contribuir de forma significativa ao educar os alunos financeiramente, pois eles, por sua vez, levariam esse conhecimento para suas famílias em um efeito multiplicador” (ENEF, 2017, p. 2).

Há projetos já realizados que evidenciam o potencial das iniciativas de inclusão digital na geração de renda e erradicação da pobreza. De acordo com Morais (2018), ao analisar os resultados do Programa de Extensão Teresa de Benguela, voltado para mulheres em situação de pobreza no Mato Grosso, por meio da oferta de cursos variados, dentre os quais, cursos de inclusão digital, houve contribuição para geração de renda, estando o programa alinhado ao ODS 01, a autora destaca também a importância relacionada ao empoderamento feminino e não apenas a inclusão, mas o reposicionamento no mercado de trabalho.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi discutir os impactos da economia digital na erradicação da pobreza. A erradicação da pobreza, para além de sua importância intrínseca, é também um pilar para a consecução de outros ODS, bem como para impactar as áreas de importância da agenda 2030, pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. O cenário econômico tem sido influenciado e transformado pelas tecnologias e pela disseminação do conhecimento, e que mesmo diante de tanto conhecimento e possibilidade de acesso a recursos financeiros, a pobreza continua sendo um dos maiores problemas enfrentados no mundo.

Os esforços para alcançar um objetivo tão desafiador devem ser variados e considerar os fatores estruturais de cada país e localidade, e devem também considerar os movimentos de mudanças em curso no mundo e suas manifestações em cada região. Nesse sentido, a evolução da economia baseada em conhecimento e tecnologia, e o aumento da importância dos meios digitais na execução de diferentes tarefas hoje, fazem da economia digital, competência cada vez mais essencial para todo e qualquer estrato da população.

O estudo demonstrou de forma clara a busca pela erradicação da pobreza através de um conjunto de instrumentos, dentre os quais, iniciativas de educação financeira e de inclusão digital, conjuntamente com políticas de educação, habitação, urbanização, transferência de renda, dentre outras. Nesse sentido, o fortalecimento da economia digital cria oportunidades e desafios quando analisado sob a ótica da erradicação da pobreza, pois, havendo discrepâncias relativas ao acesso às tecnologias e qualificação para seu uso pleno, as mesmas mostram-se importantes meios para erradicação da pobreza quando acessadas pelas parcelas em situação de vulnerabilidade econômica e social.

A correlação entre a difusão de conhecimentos digitais, seja por meio de iniciativas de inclusão digital ou de profissionalização em tecnologia, são reconhecidas formas de elevação da renda e aumento da autonomia das parcelas populacionais pauperizadas, estando alinhadas, portanto, com a erradicação da pobreza.

Com base nos materiais bibliográficos analisados, é possível concluir que a maior parte dos autores identifica a correlação entre a importância de integrar os mais pobres à economia digital como meio para a erradicação da pobreza, sendo notável a ausência, na amostra analisada, de literatura que

se referisse objetivamente a iniciativas exclusivas de inclusão digital como instrumento para alcançar o ODS 01.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Accenture: Digital disruption. **The growth multiplier**, 2016. Disponível em: <https://www.accenture.com/us-en/insightdigital-disruption-growth-multiplier>.

ALMEIDA, A. E. S., & JORGE, M. A. Fintech, Inclusão Digital e Bancarização no Brasil. **Revista de Economia Mackenzie**, 18(2), 80–108, 2021. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/14317/11294>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Planalto. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 maio 2023.

BRASIL. Objetivos do Milênio. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em 08 de junho de 2023.

BRIGHT CITIES, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 – Erradicação da Pobreza. **Bright cities**. Publicado em: 15 jan. 2020. Disponível em: <https://blog.brightcities.city/pt-br/ods1/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BROGNOLI, Tainara da Silva. FERENHOF, Helio Aisenberg. Transformação digital no governo brasileiro: desafios, ações e perspectivas. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, ISSN-e 2237-4558, Nº. 10, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7774794>. Acesso em: 09 jun. 2023.

CAPUCHA, Luís Manuel Antunes. **Desafios da pobreza**. Tese de Doutorado em Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 2004. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/46274219/Tese_Luis_Capucha-libre.pdf?1465210692=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDesafios_da_Pobreza.pdf&Expires=1684433080&Signature=HW5fXv6OIRj-8Uh7A1saGJOKQ-upsBsWTM4E8MnuGWCHGB-nG0gvLoJQYu-ClwXYPk2zYI8BXR53pZ6rSs-gwtiUJG911Y-m1c~UIW-k1quZo6krghsdhIsquOTc21Y5LxCacWFORIN23MP6TeMz1TQfO0Gq2gLivev5xXWWTrp-F62cJc18tliXJbxrjq7dlnYctV2drwoZuA9l08b7CuFPJkqQ2SV6YlSaTT5awNkX5SYRouxepbG5DbU8UdZ35lG5M6xKD4ogP7F4-ymH15E-4Zob~4cCLGdJxSOaXMMos12lKttivuprPKvuO0oujfBINwHI9RysOonfnBmcVQ_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 24 maio 2023.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar. **RDBCI: Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.16 n.3 p. 355-372, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650931/pdf>. Acesso em: 08 de jun. de 2023.

CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. CNM. 2023. Disponível em: <http://www.ods.cnm.org.br/agenda-2030>. Acesso em: 26 abr. 2023.

FIGUEIREDO, Carlla Gonçalves de. **Desenvolvimento Sustentável e a Economia Digital: Aportes da tributação na era digitalizada**. Universidade Católica de Santos Programa de Pós-Graduação em Direito. 2020. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/5821/1/Carlla%20Gon%C3%A7alves%20de%20Figueiredo.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

FMI - Fundo Monetário Internacional. Measuring the digital economy. **International Monetary Found**. 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2018/04/03/022818-measuring-the-digital-economy>. Acesso: 08 jun. 2023.

GESTRIN, Michael V.; STAUDT, Julia. The digital economy, multinational enterprises and international investment policy. **Paris: Organization for Economic Co-operation and Development**. 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/investment/investment-policy/The-digital-economy-multinational-enterprises-and-international-investment-policy.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. **ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Orientação para educação financeira nas escolas. 2017. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

KATORI, Fernanda Yumi. **Impactos das Fintechs e do Blockchain no sistema financeiro: Uma análise crítico-reflexiva**. Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília – UnB. 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19517/1/2017_FernandaYumiKatori.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.

MARINHO, Karina Rabelo Leite. Erradicação da pobreza. In: Relatório de acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento sustentável de Belo Horizonte 2018. **Observatório do Milênio, 2018**. Disponível em: https://estrategiaods.org.br/wp-content/uploads/2020/10/MG_Belo-Horizonte-Relat%C3%B3rio-ODS-2018.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

MARTIN-BREHM ET AL, Christensen. A “sobrevivência” do mais rico: por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades. **Oxfam International**. 2023. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/a-sobrevivencia-do-mais-rico-davos-2023>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MORAIS, Léa Paula Vanessa Xavier Corrêa de et al. Inclusão de mulheres em vulnerabilidade social no estado do Mato Grosso (Brasil): Programa de Extensão Teresa de Benguela. **Experiências exitosas da Reditec 2018: trabalhos premiados**. Editora Essentia. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/14501/11803>. Acesso em 10 jun. 2023.

NERI, Marcelo Cortes. Mapa da Nova Pobreza. **FGV Social**. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

NERI, Marcelo Cortes. Mapa da inclusão digital. **FGV Social**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/20738/Sumario-Executivo-Mapa-da-Inclusao-Digital.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jun. 2023.

NERY, Carmen. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. Agência IBGE Notícias. Publicado em: 06 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 28 maio. 2023.

PEIXOTO, Marisa Tatiana Belchior Alfaiate. **As Fintech como Instrumento de Desenvolvimento: O Caso de Moçambique**. Dissertação apresentada no Instituto Superior de Gestão para obtenção do Grau de Mestre em Estratégia de Investimento e Internacionalização. Lisboa, 2018. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23657/1/As%20Fintech%20como%20Instrumento%20de%20Desenvolvimento%20-%20o%20Caso%20de%20Moc%CC%A7ambique%20-%20Vers%20C3%A3o%20Final.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PIRES, Lilian Regina Moreira Gabriel. Cidade, inovação tecnológica e inclusão digital. **Democracia econômica e responsabilidade social nas sociedades tecnológicas**, p. 133. 2018. Disponível em: http://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/59081/3/democracia_economica_edum_web.pdf#page=141. Acesso em 08 de junho de 2023

PLANTIER, Joana Margarida Serralheiro. **Literacia e inclusão digital dos Assistentes Operacionais na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém**. Mestrado em Recursos Digitais em Educação. Instituto Politécnico de Santarém Escola Superior de Educação. 2023. Disponível em: https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/4306/1/Vers%20C3%A3o%20Final_Trabalho%20projeto_MRDE_Joana%20Plantier.pdf. Acesso em: 09 jun. 2023.

QUEIROZ, Desirée Silva de. **A educação digital como instrumento de desenvolvimento local e aceleradora dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasil, 2019. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4958>. Acesso: 11 jun. 2023.

UOL. Brasil teve recorde da população abaixo da linha de pobreza em 2021, diz IBGE. Uol. Publicado em: 02 dez. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/12/02/brasil-teve-recorde-da-populacao-abaixo-da-linha-de-pobreza-em-2021-diz-ibge.htm#:~:text=Em%202021%2C%20havia%20um%20%20C3%A1pice.nesta%20sexta%20feira%2C%202022>. Acesso em: 28 maio 2023.

OCDE - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. The Digital Economy. **Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development**, 2012. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/competition/The-Digital-Economy-2012.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ODM BRASIL. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **ODM Brasil**. s.d Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em 08 de jun. de 2023.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de desenvolvimento sustentável. **Nações Unidas**. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Nações Unidas. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 08 de junho de 2023.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Crescimento da internet desacelera e 2,7 bilhões ficam fora da rede. **Nações Unidas**. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/09/1801381#:~:text=Ao%20todo%2C%20existem%205%2C,da%20pandemia%20de%20Covid%2D19>. Acesso em 08 de junho de 2023.

OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia. QUINELLI, Larissa. Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “nova agenda” das Nações Unidas. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**. v. 2 n. 2, 2016. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5266>. Acesso em: 08 de jun. de 2023.

RAPPITSCH, Christoph. Digital Economy and Sustainability. St. **Gallen: Oikos Associate Report**, 2017. Disponível em: <https://cdn.oikos-international.org/intl/old/2015/06/oikos-Associate-Report-2017-Digital-Economy-and-Sustainability.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 2º ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Arquivo eletrônico. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 08 ago. 2022.

SILVA, Enid Rocha Andrade da et al (Org.). Agenda 2030 : ODS - Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. 2018a. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8855>. Acesso em 08 de junho de 2023.

SILVA, Enid Rocha Andrade da et al (Org.). Erradicando a pobreza e promovendo a prosperidade em um mundo em mudança: subsídios ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. 2018b. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9452>. Acesso em 08 de junho de 2023.

SILVEIRA, Daniel. Extrema pobreza bate recorde no Brasil em dois anos de pandemia, diz IBGE. **G1**. Publicado em: 02 dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 08 maio. 2023.

STURGEON, Timothy j.; FREDRIKSSON, Torbjörn; KORKA, Diana. The ‘New’ Digital Economy and Development. **Geneva: United Nations Conference On Trade And Development**. 2017. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/tn_unctad_ict4d08_en.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.

SUTTO, Giovanna. 42% dos brasileiros possuem contas em bancos digitais, mostra estudo. Infomoney. Publicado em: 11 ago. 2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/42-dos-brasileiros-possuem-contas-em-bancos-digitais-mostra-estudo/>. Acesso em: 15 jun. 2023.